



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Vice-Presidência do Governo

Direcção Regional de Organização e Administração Pública



Relatório das Finanças

Locais de 2007



Região Autónoma dos Açores



ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO	5
1. MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	6
1.1. Caracterização geral	6
2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	9
2.1. Independência Financeira	9
2.2. Estrutura das Receitas	11
2.3. Estrutura das Despesas	13
2.4. Situação Financeira Global	15
3. ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	17
3.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração de Resultados.....	17
3.2. Análise das componentes do Balanço agregado	18
3.2.1. Activo	18
3.2.2. Fundos Próprios	22
3.2.3. Passivo.....	27
3.2.4. Liquidez	31
3.2.5. Endividamento	32
3.3. Proveitos, custos e resultados	35
3.3.1. Demonstração de Resultados	35
3.3.2. Custos	37
3.3.3. Proveitos	38
4. CONCLUSÃO.....	39

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos Municípios da RAA, por dimensão populacional	7
Gráfico 2 – Estrutura Financeira em 2007	10
Gráfico 3 – Comparação da Estrutura Financeira em 2006 e 2007	11
Gráfico 4 – Estrutura das Receitas e das Despesas em 2007	16

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos Municípios da RAA, por ilha	8
Quadro 2 – Estrutura das receitas	11
Quadro 3 – Estrutura das receitas cobradas	13
Quadro 4 – Estrutura das despesas	14
Quadro 5 – Estrutura das despesas pagas.....	15
Quadro 6 – Estrutura do Activo do Balanço.....	18
Quadro 7 – Bens de Domínio Público.....	19
Quadro 8 – Imobilizado Corpóreo	19
Quadro 9 – Investimentos Financeiros	20
Quadro 10 – Existências	20
Quadro 11 – Dívidas a Receber.....	21
Quadro 12 – Disponibilidades	21
Quadro 13 – Acréscimos e Diferimentos	22
Quadro 14 – Estrutura dos Fundos Próprios do Balanço	22

Quadro 15 – Património	23
Quadro 16 – Reservas, subsídios e doações	24
Quadro 17 – Resultados Transitados	25
Quadro 18 – Resultado Líquido do Exercício	26
Quadro 19 – Total dos Fundos Próprios	27
Quadro 20 – Estrutura do Passivo do Balanço	28
Quadro 21 – Dividas a Terceiros (Curto e médio e longo prazo).....	28
Quadro 22 – Acréscimos de Custos	29
Quadro 23 – Proveitos Diferidos	30
Quadro 24 – Liquidez Global dos Municípios da Região	31
Quadro 25 – Liquidez de cada Município.....	32
Quadro 26 – Fórmula do Endividamento Líquido Municipal	33
Quadro 27 – Endividamento Líquido Global, em 2007	33
Quadro 28 – Endividamento Líquido de cada Município	34
Quadro 29 – Estrutura dos Custos e Proveitos dos Municípios da Região	35
Quadro 30 – Demonstração de Resultados dos Municípios da Região (2006 e 2007) ..	36
Quadro 31 – Estrutura dos Custos dos Municípios da Região	37
Quadro 32 – Estrutura dos Proveitos dos Municípios da Região	38
 ÍNDICE DE MAPAS	
Mapa 1 – Municípios dos Açores, por ilha	6

0. INTRODUÇÃO

A Direcção Regional de Organização e Administração Pública (DROAP), no âmbito das suas competências que lhe são atribuídas na área das finanças locais, elabora anualmente um relatório sobre a situação financeira dos municípios, o qual resulta da análise dos documentos de Prestação de Contas recebidos neste departamento.

O presente relatório sobre a situação financeira dos municípios no ano de 2007, encontra-se dividido em quatro pontos:

No primeiro ponto, fazemos uma breve caracterização de cada um dos dezanove municípios da Região Autónoma da Açores.

No segundo ponto, procedemos à análise da execução orçamental dos municípios nos anos de 2006 e 2007, com base nos Fluxos de Caixa. A análise efectuada assenta em comparações entre os municípios e procura ter em conta as suas diferenças e outras circunstâncias específicas, que justifiquem os valores apresentados.

No terceiro ponto, procedemos à análise da situação económica, financeira e patrimonial dos municípios da região, com base nos seus Balanços e Demonstrações de Resultados.

Por último, apresentamos as conclusões da análise realizada aos documentos de Prestação de Contas dos municípios da região.

O DIRECTOR REGIONAL

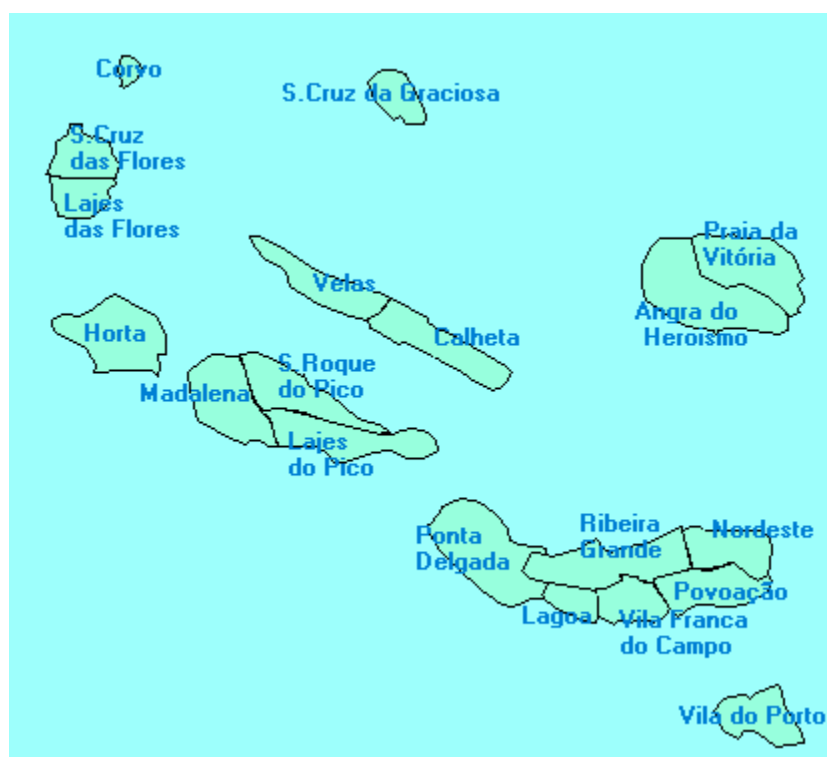
Victor Jorge Ribeiro Santos

1. MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

1.1. Caracterização geral

A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de Outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como «a pessoa colectiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respectiva circunscrição».

Actualmente, existem na Região Autónoma dos Açores (RAA) 19 (dezanove) municípios, distribuídos pelas 9 (nove) ilhas do arquipélago.



Mapa 1 – Municípios dos Açores, por ilha

Os municípios podem ser categorizados em três dimensões:

- Pequenos – com população menor ou igual a 20 000 habitantes;
- Médios – com população maior que 20 000 habitantes e menor ou igual a 100 000 habitantes;
- Grandes – com população maior que 100 000 habitantes.

Considerando estas dimensões, os municípios da RAA distribuem-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
15 Municípios	4 Municípios	0 Municípios

Da análise do Gráfico 1, verifica-se que na RAA predominam os municípios de pequena dimensão e somente quatro municípios é que são de média dimensão (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Praia da Vitória).

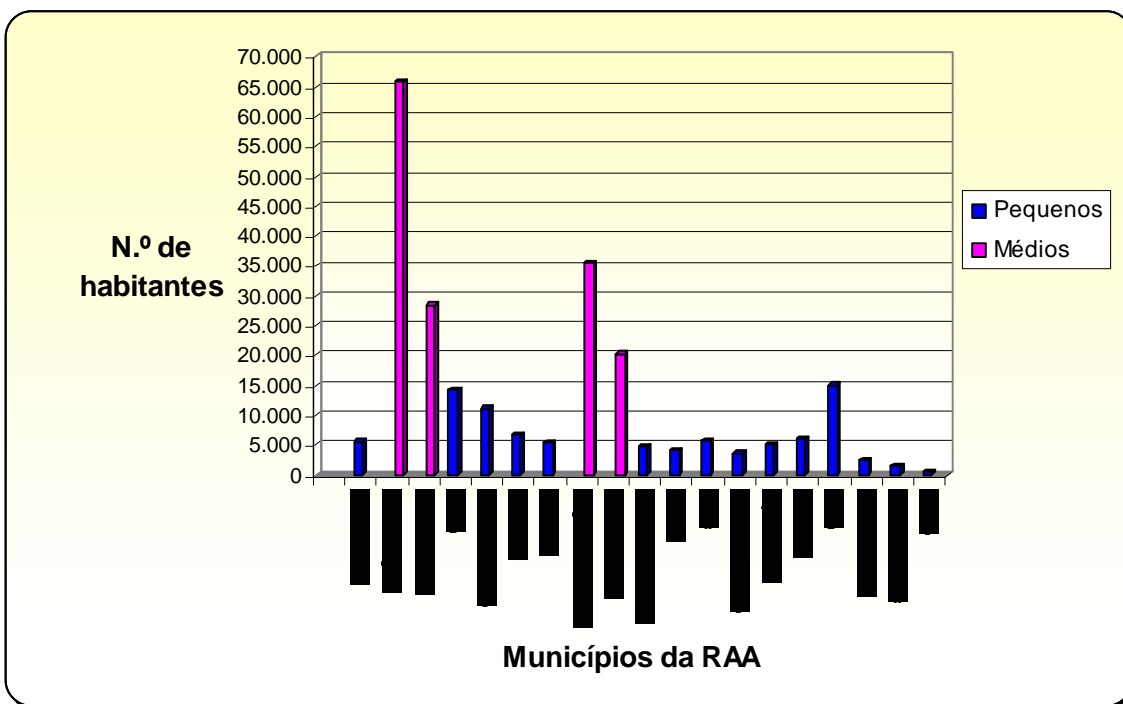


Gráfico 1 – Distribuição dos Municípios da RAA, por dimensão populacional

Por outro lado, no que respeita à densidade populacional e agrupando os municípios por ilhas, o quadro seguinte, mostra que é nas ilhas de S. Miguel e Terceira, onde está concentrada grande parte da população, representado 78% da população do arquipélago dos Açores.

Ilhas	MUNICIPIOS	Área (Km2)	População residente em 2001	Densidade Hab. / Km2	N.º de freguesias
Santa Maria	Vila do Porto	97,00	5.578,00	57,51	5
Subtotal 1	1	97,00	5.578,00	57,51	5
S. Miguel	Ponta Delgada	232,00	65.854,00	283,85	24
	Ribeira Grande	180,00	28.462,00	158,12	14
	Lagoa	46,00	14.126,00	307,09	5
	V.Franca Campo	78,00	11.150,00	142,95	6
	Povoação	110,00	6.726,00	61,15	6
	Nordeste	102,00	5.291,00	51,87	9
Subtotal 2	6	748,00	131.609,00	175,95	64
Terceira	Angra do Heroísmo	240,00	35.581,00	148,25	19
	Praia da Vitória	162,00	20.252,00	125,01	11
Subtotal 3	2	402,00	55.833,00	138,89	30
Graciosa	S.Cruz da Graciosa	62,00	4.780,00	77,10	4
Subtotal 4	1	62,00	4.780,00	77,10	4
S. Jorge	Calheta	127,00	4.069,00	32,04	5
	Velas	119,00	5.605,00	47,10	6
Subtotal 5	2	246,00	9.674,00	39,33	11
Pico	S. Roque do Pico	144,00	3.629,00	25,20	5
	Lajes do Pico	154,00	5.041,00	32,73	6
	Madalena	149,00	6.136,00	41,18	6
Subtotal 6	3	447,00	14.806,00	33,12	17
Faial	Horta	173,00	15.063,00	87,07	13
Subtotal 7	1	173,00	15.063,00	87,07	13
Flores	St.ª Cruz Flores	72,00	2.493,00	34,63	4
	Lajes das Flores	70,00	1.502,00	21,46	7
Subtotal 8	2	142,00	3.995,00	28,13	11
Corvo	Corvo	17,00	425,00	25,00	0
Subtotal 9	1	17,00	425,00	25,00	0
TOTAL	19	2.334,00	241.763,00	103,58	155

Quadro 1 – Caracterização dos Municípios da RAA, por ilha

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

Neste ponto, pretende-se evidenciar a execução orçamental para a globalidade dos municípios açorianos, resultante da execução económica do ano de 2007, discriminando as diversas componentes, designadamente a receita e a despesa relevantes para efeitos de determinação de diferentes saldos, bem como a sua discriminação pela natureza económica corrente e capital.

2.1. Independência Financeira

Para se aferir o grau de independência financeira dos municípios, vai-se adoptar o rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais. Existe independência financeira quando as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais. As receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

Pela análise do Gráfico 2, verifica-se que na Região não existe nenhum município com independência financeira. Os municípios que têm receitas próprias com valores que se aproximam da independência financeira são os municípios de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Lagoa, com 49%, 49% e 46%, respectivamente. Constata-se que existe uma grande dependência dos municípios em relação às Transferências e que esta se situa entre os 44% (Ponta Delgada) e os 90% (Santa Cruz das Flores). De referir que somente dez municípios apresentaram receitas creditícias (empréstimos) e o peso dos mesmos em relação às receitas totais varia entre 1% e 34% (Povoação).

A dependência financeira dos municípios apresenta uma amplitude entre o máximo de 95% (Corvo e Lajes das Flores) e um mínimo de 51% (Ponta Delgada e Lagoa).

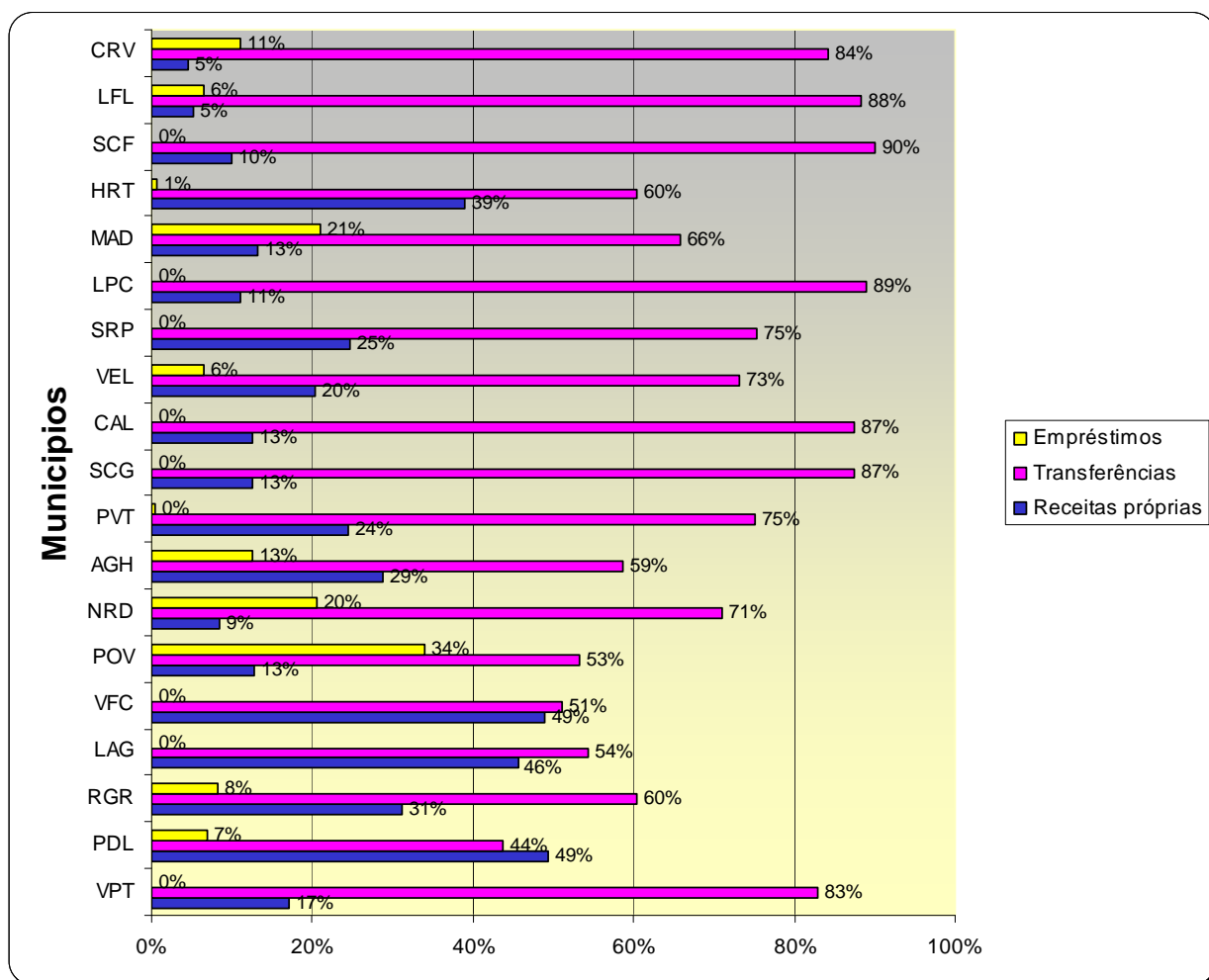


Gráfico 2 – Estrutura Financeira em 2007

Comparando a estrutura financeira de 2007 com a estrutura financeira de 2006, gráfico 3, verifica-se uma ligeira diminuição da dependência financeira dos municípios, passando, na análise global, as receitas próprias de 25%, em 2006, para 30%, em 2007.

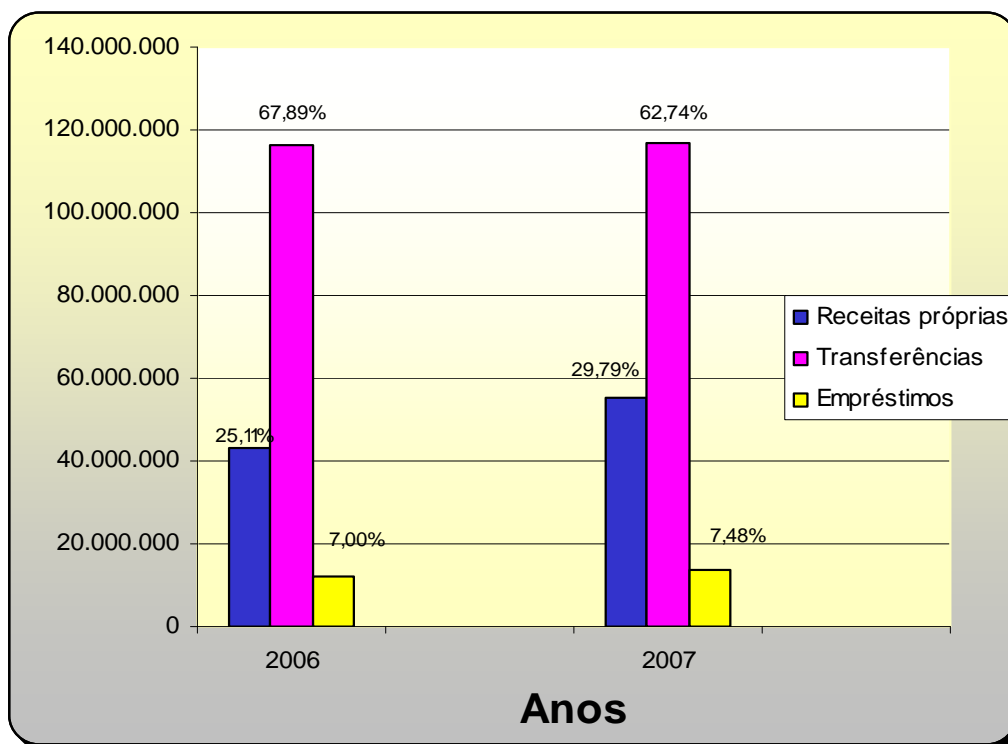


Gráfico 3 – Comparação da Estrutura Financeira em 2006 e 2007

2.2. Estrutura das Receitas

A estrutura das receitas está definida no classificador económico das receitas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro), e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, sendo constituída por diversos capítulos, a saber:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	OUTRAS RECEITAS
01 – Impostos directos	09 – Venda de bens de investimento	15 – Reposições não abatidas nos pagamentos
02 – Impostos indirectos	10 – Transferências de capital	16 – Saldo da gerência anterior
04 – Taxas, multas e outras penalidades	11 – Activos Financeiros	17 – Operações extra-orçamentais
05 – Rendimentos de propriedade	12 – Passivos Financeiros	
06 – Transferências correntes	13 – Outras receitas de capital	
07 – Venda de bens e serviços correntes		
08 – Outras receitas correntes		

Quadro 2 – Estrutura das receitas

O Quadro 3, apresenta a estrutura das receitas cobradas dos municípios da região sendo de salientar os aspectos seguintes:

- De 2006 para 2007 a alteração na estrutura das receitas é muito pouco significativa, verificando-se um aumento de 5% das receitas próprias em detrimento das transferências;
- As transferências recebidas do Estado (Fundos do Orçamento do Estado) são, a nível geral, a principal fonte de receita. Em média, representam 49,22% das receitas totais (53,42% em 2006);
- No que se refere ao peso dos Impostos e Taxas, representam 15,91% em 2007, verificando-se um aumento de aproximadamente 3% comparativamente ao ano de 2006 (12,95%);
- Estas duas componentes da receita representavam em 2006, relativamente à receita total, um peso médio global de 66,37% e, em 2007 passaram a representar 65,13% das receitas totais. Face ao peso destas duas componentes e sendo as taxas unitárias dos impostos totais, definidos em sede de Assembleia da República, a liquidação e cobrança efectuada pela Administração Central (pese embora a crescente eficiência desta cobrança) assim como o Orçamento Total de Impostos do Estado a repartir pelos municípios, definido em sede de Orçamento de Estado, pouca capacidade de actuação no âmbito da receita, restará para o sector da Administração Local. Ficaram apenas com elasticidade de acção para actuarem ao nível da fixação de taxas e licenças, bem como da venda de bens e serviços correntes. No entanto, esta capacidade de decisão está condicionada ao princípio da equidade e proporcionalidade, devendo existir justificação e fundamentação jurídico-económico dos quantitativos a cobrar. Face ao exposto, a consolidação financeira do sector autárquico, ter-se-à que fazer pela óptica da despesa, promovendo-se a economia de consumo, rentabilização de recursos e maior eficácia na utilização dos meios;
- A venda de bens e serviços, ao representar em média 3,88% da receita total, não assume um papel importante para alcançar uma maior independência financeira. Uma das razões para o peso da venda de bens e serviços não ser relevante na receita, é o facto dos municípios de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo terem serviços municipais autonomizados de águas e saneamento transferindo para estes o proveito da venda destes serviços. Ora, como não se

está a proceder à análise das contas consolidadas, os municípios que têm serviços municipalizados autónomos, apresentam menor peso destas receitas. Assim, este indicador da estrutura da receita, não será o mais fiável para se avaliar o grau de independência financeira do município.

Receitas totais	2006		2007	
	171.116.975	100,00%	186.252.348	100,00%
Receitas próprias	42.966.233	25,11%	55.476.272	29,79%
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	7.054.804	4,12%	8.393.433	4,51%
Imposto único de circulação - IUC	2.271.755	1,33%	2.378.625	1,28%
Imposto municipal s/ transações - IMT	7.994.310	4,67%	12.047.266	6,47%
Loteamentos e obras	1.592.084	0,93%	3.118.929	1,67%
Ocupação da via pública	353.786	0,21%	514.933	0,28%
Saneamento (esgotos e lixos)	2.889.326	1,69%	3.178.872	1,71%
Juros, rendas e dividendos	2.607.616	1,52%	2.037.773	1,09%
Venda de bens	1.069.742	0,63%	367.991	0,20%
Fornecimento de água	7.303.691	4,27%	6.673.300	3,58%
Trabalhos para particulares	214.157	0,13%	176.148	0,09%
Outras receitas locais	9.614.962	5,62%	16.589.000	8,91%
Transferências	116.179.545	67,89%	116.850.184	62,74%
Fundos Orçamento do Estado	91.405.816	53,42%	91.680.561	49,22%
Fundos Comunitários	19.328.517	11,30%	14.995.126	8,05%
Transferências - Governo Regional	4.046.709	2,36%	5.897.026	3,17%
Outras Transferências	1.398.502	0,82%	4.277.472	2,30%
Empréstimos	11.971.197	7,00%	13.925.892	7,48%
Empréstimos	11.971.197	169,69%	13.925.892	165,91%

Quadro 3 – Estrutura das receitas cobradas

2.3. Estrutura das Despesas

A estrutura das despesas públicas para todo o sector da Administração está definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro). Este documento representa um enorme contributo para a transparência da informação, pois uniformiza para todos os sectores da Administração Pública a classificação das despesas públicas, permitindo uma leitura transversal das mesmas e facilitando o processo de consolidação das contas, tanto de carácter horizontal como vertical.

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada no quadro seguinte:

DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	OUTRAS DESPESAS
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital	12 – Operações extra-orçamentais
02 – Aquisição de bens e serviços	08 – Transferências de capital	
03 – Juros e outros encargos	09 – Activos Financeiros	
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros	
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital	
06 – Outras despesas correntes		

Quadro 4 – Estrutura das despesas

Da análise do Quadro 5, salientam-se os seguintes aspectos:

- A despesa mais representativa foi a de Investimento (aquisição de bens de capital), com o peso de 32,47% e diminuiu 2,44% em relação a 2006 (34,90%). Deste modo, verificou-se uma redução no Investimento em relação a 2006;
- As despesas com pessoal também têm um peso importante, em 2007 representam 25,48% da despesa total. De referir que verificou-se uma diminuição de 1,54% comparativamente ao ano de 2006;
- As aquisições de bens e serviços são o terceiro nesta hierarquia de importância relativa no total da despesa paga, com um peso de 14,58%, aumentando 0,57%, em relação ao ano anterior;
- As transferências e subsídios representam 6,05% da despesa paga e em 2006 representavam 4,66%, verificando-se um aumento de 1,39%;
- Verifica-se ainda, em relação a 2006 uma redução do peso da estrutura em Activos Financeiros (investimentos financeiros) e em Passivos Financeiros (amortizações de empréstimos), de 0,14% e 0,15%, respectivamente. As amortizações de empréstimos são também uma despesa relevante, representando um peso médio de 7,30%;
- Em relação à rubrica de Transferências de Capital, verificou-se um aumento de 2,01 p.p. comparativamente ao ano de 2006 (7,49%), sendo esta a rubrica que sofreu o maior aumento em relação ao ano anterior;

- As outras rubricas de despesas têm um peso residual na despesa e não sofreram alterações significativas;
- Numa análise comparativa do total das despesas correntes e despesas de capital, verifica-se que as despesas correntes representam 50,02% (49,32% em 2006).

DESPESAS	2006		2007	
	172.993.519	100,00%	184.548.371	100,00%
Pessoal	46.742.606	27,02%	47.031.485	25,48%
Aquisição de bens e serviços	24.241.894	14,01%	26.914.608	14,58%
Juros e outros encargos	4.428.060	2,56%	6.138.345	3,33%
Transferências correntes	6.046.087	3,49%	7.498.809	4,06%
Subsídios	2.010.378	1,16%	3.670.168	1,99%
Outras despesas correntes	1.855.160	1,07%	1.053.098	0,57%
Total de despesas correntes	85.324.185	49,32%	92.306.513	50,02%
Aquisição de bens de capital	60.382.597	34,90%	59.918.917	32,47%
Transferências de capital	12.954.132	7,49%	17.537.990	9,50%
Activos financeiros	356.000	0,21%	117.500	0,06%
Passivos financeiros	12.878.407	7,44%	13.470.190	7,30%
Outras despesas de capital	1.098.198	0,63%	1.197.261	0,65%
Total de despesas capital	87.669.334	50,68%	92.241.858	49,98%

Quadro 5 – Estrutura das despesas pagas

2.4. Situação Financeira Global

Da análise do Gráfico 4, podemos concluir que as receitas correntes cobradas são superiores às despesas correntes pagas. Assim, o saldo corrente de caixa para a média dos municípios da região é positivo, ascendendo a 13.402.185€ e verifica-se um aumento de 9,76% em relação ao ano de 2006 (12.210.969€).

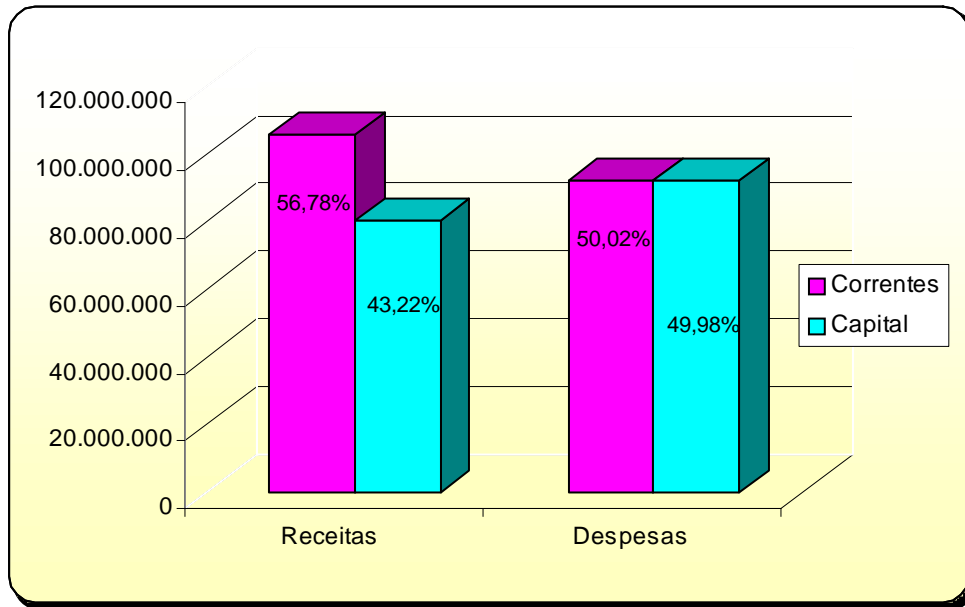


Gráfico 4 – Estrutura das Receitas e das Despesas em 2007

3. ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

3.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração de Resultados

O POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, definiu «os *princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem assim os documentos previsionais e os de prestação de contas para as autarquias locais*». O objectivo foi criar condições para a integração das diferentes contabilidades: Contabilidade Orçamental, Patrimonial e Analítica.

A implementação do POCAL tem inerente uma mudança. Toda a informação era elaborada na base de caixa ou de compromissos e com a sua obrigatoriedade tem que ser elaborada na base do acréscimo ou do princípio da especialização do exercício.

Para tal, é necessária a elaboração do balanço inicial, o qual se reveste de muita importância, pois pela primeira vez é apurada a posição financeira e económica da entidade. E uma das tarefas fundamentais, prévia à elaboração do balanço inicial é a elaboração do inventário global, que consiste na listagem dos elementos patrimoniais (bens, direitos e obrigações) da entidade, com a indicação dos custos unitários, quantidades e valores. Houve a necessidade de avaliar todo o imobilizado existente incluindo os bens de domínio público.

De referir que alguns municípios da região ainda não terminaram a elaboração do inventário do imobilizado. Esta é uma das principais razões para que a informação patrimonial e económica não seja totalmente fiável.

Desde 2002, os municípios da região apresentam o Balanço e a Demonstração de Resultados, corrigindo alguns erros detectados ao longo dos anos, o que contribuiu para o melhoramento da informação constante nos referidos mapas.

3.2. Análise das componentes do Balanço agregado

3.2.1. Activo

Os valores globais do Activo dos municípios da região, apresentam-se no quadro seguinte:

Componentes do activo	2006		2007		Varição
Bens de domínio público	447.141.797,50	46,90%	457.538.542,46	45,52%	2,33%
Imobilizado Incorpóreo	6.362.124,82	0,67%	6.116.855,37	0,61%	-3,86%
Imobilizado Corpóreo	477.124.961,97	50,04%	508.796.028,27	50,61%	6,64%
Investimentos Financeiros	7.190.397,89	0,75%	7.588.549,12	0,75%	5,54%
Total do Imobilizado	937.819.282,18	98,36%	980.039.975,22	97,49%	4,50%
Existências	610.313,22	0,06%	1.062.135,96	0,11%	74,03%
Dividas a receber	8.039.192,88	0,84%	14.060.609,22	1,40%	74,90%
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Depósitos e Caixa	6.291.673,14	0,66%	7.933.591,59	0,79%	26,10%
Acréscimos e diferimentos	682.268,30	0,07%	2.146.341,98	0,21%	214,59%
Total do activo	953.442.729,72	100,00%	1.005.242.653,97	100,00%	5,43%

Quadro 6 – Estrutura do Activo do Balanço

Da informação constante no Quadro 6, podemos concluir o seguinte:

- O imobilizado representa mais de 95% do activo total dos municípios da RAA. De salientar que existem municípios cujo imobilizado ainda não está totalmente inventariado, avaliado e contabilizado, pelo que é possível que este rácio aumente nos próximos anos.
- Os Bens de Domínio Público representam cerca de 46% do activo total e a estrutura dos mesmos está representada no quadro seguinte. Verifica-se que a principal componente dos Bens de Domínio Público são as “outras construções e infra-estruturas” que representam 76,05%. As “imobilizações em curso” (obras em curso) representam uma parcela significativa (14,17%), não havendo indicações sobre a natureza das mesmas. A estrutura dos Bens de Domínio Público em relação a 2006 sofreu uma variação significativa, nos “Bens do

património histórico, artístico e cultural”, de 153,28% como se pode comprovar no quadro seguinte:

Bens de domínio público	2006		2007		Variação
Terrenos e recursos naturais	25.171.285	5,63%	26.493.683	5,79%	5,25%
Edifícios	16.246.060	3,63%	15.162.097	3,31%	-6,67%
Outras construções e infra-estruturas	332.272.389	74,31%	347.957.489	76,05%	4,72%
Bens do património histórico, artístico e cultural	383.278	0,09%	970.755	0,21%	153,28%
Outros bens de domínio público	2.143.294	0,48%	2.133.098	0,47%	-0,48%
Imobilizações em curso	70.917.130	15,86%	64.813.060	14,17%	-8,61%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	8.362	0,00%	8.362	0,00%	0,00%
Total	447.141.798	100,00%	457.538.542	100,00%	2,33%

Quadro 7 – Bens de Domínio Público

- c) O Imobilizado Corpóreo representa cerca de 51% do activo total e inclui os bens duradouros, concluídos, não destinados a venda e não considerados Bens de Domínio Público. No quadro seguinte, é apresentada a estrutura do Imobilizado Corpóreo e constata-se que a componente com maior peso é a de “Edifícios e outras construções”.

Imobilizado corpóreo	2006		2007		Variação
Terrenos e recursos naturais	50.553.572	10,60%	53.058.055	10,43%	4,95%
Edifícios e outras construções	275.623.394	57,77%	302.591.418	59,47%	9,78%
Equipamento básico	79.999.308	16,77%	77.908.925	15,31%	-2,61%
Equipamento de transporte	7.364.403	1,54%	6.608.049	1,30%	-10,27%
Ferramentas e utensílios	433.214	0,09%	439.952	0,09%	1,56%
Equipamento administrativo	2.657.039	0,56%	2.310.254	0,45%	-13,05%
Outras imobilizações corpóreas	1.869.543	0,39%	1.963.671	0,39%	5,03%
Imobilizações em curso	58.595.020	12,28%	63.896.201	12,56%	9,05%
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	29.468	0,01%	19.503	0,00%	-33,82%
Total	477.124.962	100,00%	508.796.028	100,00%	6,64%

Quadro 8 – Imobilizado Corpóreo

- d) Os Investimentos Financeiros representam apenas 0,75% do activo total. De verificar que a conta “Partes de capital” é a componente com maior peso nos investimentos financeiros (94,27%).

Investimentos Financeiros	2006		2007		Variação
Partes de capital	6.757.011	93,97%	7.153.970	94,27%	5,87%
Obrigações e títulos de participação	125	0,00%	125	0,00%	0,00%
Investimentos em imóveis	431.826	6,01%	433.018	5,71%	0,28%
Outras aplicações financeiras	1.437	0,02%	1.437	0,02%	0,00%
Total	7.190.398	100,00%	7.588.549	100,00%	5,54%

Quadro 9 – Investimentos Financeiros

- e) As existências representam um valor muito pouco significativo, apenas 0,11% do activo total, verificando-se contudo uma variação de 74% em relação ao ano anterior, como se pode constatar no quadro seguinte:

Existências	2006		2007		Variação
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	565.471	92,65%	1.018.192	95,86%	80,06%
Mercadorias	44.842	7,35%	43.944	4,14%	-2,00%
Total	610.313	100,00%	1.062.136	100,00%	74,03%

Quadro 10 – Existências

- f) As dívidas a receber representam apenas 1,4 % do activo total, ascendendo a 12.270.256€, valor este que pode estar sub-dimensionado uma vez que nem todos os municípios registam contabilisticamente os direitos sobre terceiros no momento em que se vencem, mas sim no momento da cobrança. No quadro seguinte, que apresenta as principais componentes das dívidas a receber, constata-se um aumento de cerca de 53% das dívidas por cobrar em relação ao ano anterior.

Dividas a receber	2006		2007		Varição
Clientes, contribuintes e utentes	1.431.348	17,80%	3.516.133	28,66%	145,65%
Clientes de cobrança duvidosa	80.517	1,00%	70.661	0,58%	-12,24%
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0	0,00%	38.750	0,32%	-
Estado e outros entes públicos	629.583	7,83%	464.376	3,78%	-26,24%
Administração autárquica	814.182	10,13%	666.104	5,43%	-18,19%
Outros devedores	5.083.563	63,23%	7.514.231	61,24%	47,81%
Total	8.039.193	100,00%	12.270.256	100,00%	52,63%

Quadro 11 – Dividas a Receber

- g) As disponibilidades representam apenas 0,79% do activo total e são a componente do activo com menor subjectividade, pois incluem o valor dos saldos em caixa e instituições financeiras. De referir que em 2006, o valor ascendeu a 6.291.673€, verificando-se um aumento de cerca de 26% (7.933.592€). Contudo, a interpretação do valor das disponibilidades deve ser efectuada em simultâneo com a informação obtida no Mapa de Fluxos de Caixa, no qual estão desagregadas as disponibilidades orçamentais e as Operações de Tesouraria.

Disponibilidades	2006		2007		Varição
Depósitos	6.253.041	99,39%	7.892.469	99,48%	26,22%
Caixa	38.632	0,61%	41.123	0,52%	6,45%
Total	6.291.673	100,00%	7.933.592	100,00%	26,10%

Quadro 12 – Disponibilidades

- h) Os «*acréscimos de proveitos*» são proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es), de acordo com o POCAL. Exemplos: juros de aplicações de tesouraria que se vencem em exercícios seguintes, subsídios para formação a receber, etc.. De referir que este valor ascendeu a 1.486.126€, verificando-se um aumento de 730% em relação ao ano anterior. Tal variação, é significativa e advém de uma maior sensibilização dos municípios para a aplicação do princípio contabilístico da especialização ou do acréscimo.

- i) Os «custos diferidos», compreendem os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o POCAL. Exemplos: as rendas pagas já referentes ao ano económico seguinte, despesas de conservação plurianual, seguros que envolvem meses relativos a exercícios económicos diferentes, etc.. Como se pode constatar no quadro seguinte, este valor, no ano de 2007, ascendeu a 660.216€, verificando-se um aumento de 31% em relação ao ano anterior.

Acréscimos e diferimentos	2006		2007		Varição
Acréscimos de proveitos	178.984	26,23%	1.486.126	69,24%	730,31%
Custos diferidos	503.284	73,77%	660.216	30,76%	31,18%
Total	682.268	100,00%	2.146.342	100,00%	214,59%

Quadro 13 – Acréscimos e Diferimentos

3.2.2. Fundos Próprios

Os fundos próprios calculam-se pela diferença entre o Activo e o Passivo e no quadro seguinte, apresentam-se os valores globais (agregados) dos Fundos Próprios dos municípios da Região.

Componentes dos Fundos Próprios	2006		2007		Varição
Património	503.404.876	89,04%	528.802.807	90,07%	5,05%
Reservas, subsídios, doações	32.509.953	5,75%	37.347.560	6,36%	14,88%
Resultados transitados	10.476.625	1,85%	8.740.838	1,49%	-16,57%
Resultados do exercício	19.009.047	3,36%	12.212.091	2,08%	-35,76%
Total dos Fundos Próprios	565.400.500	100,00%	587.103.297	100,00%	3,84%

Quadro 14 – Estrutura dos Fundos Próprios do Balanço

- a) O Património no ano de 2007, dos municípios da região, aumentou em termos globais cerca de 5% em relação ao ano anterior. No entanto, analisando o valor do Património por município, constata-se que em 2007 só o Município da Calheta apresenta um valor negativo (1.807.515€) e o Município com o valor positivo mais elevado é o de Angra do Heroísmo. De salientar que os Municípios que apresentam variações mais elevadas são o de Vila do Porto (3387,05%) e o de Santa Cruz das Flores (721,54%). Tais variações podem justificar-se pelo inventário inicial de bens ainda não estar concluído em alguns Municípios.

MUNICÍPIOS	Património		
	2006	2007	Variação
Vila do Porto	602.308	21.002.762	3387,05%
Ponta Delgada	77.475.644	77.475.644	0,00%
Ribeira Grande	20.872.088	20.877.212	0,02%
Lagoa	1.065.604	3.217.775	201,97%
Vila Franca do Campo	75.146.624	75.146.624	0,00%
Povoação	6.494.195	5.803.841	-10,63%
Nordeste	38.505.267	38.505.267	0,00%
Angra do Heroísmo	81.639.193	81.639.193	0,00%
Praia da Vitória	29.060.685	29.390.905	1,14%
Santa Cruz da Graciosa	1.664.515	1.778.085	6,82%
Calheta	-1.896.954	-1.807.515	4,71%
Velas	18.216.810	18.207.474	-0,05%
São Roque do Pico	29.129.991	29.129.991	0,00%
Lajes do Pico	20.342.647	15.319.769	-24,69%
Madalena	7.204.143	7.326.822	1,70%
Horta	78.968.087	78.968.087	0,00%
Santa Cruz das Flores	-1.095.831	6.811.012	721,54%
Lajes das Flores	18.123.340	18.123.340	0,00%
Corvo	1.886.520	1.886.520	0,00%
TOTAL	503.404.876	528.802.807	5,05%

Quadro 15 – Património

- b) Os subsídios contabilizados nos fundos próprios, são destinados a investimentos em bens não amortizáveis. Em 2007, apenas quatro municípios da região reconheceram subsídios. Em relação, às reservas quatorze municípios contabilizaram valores nesta conta.

Da análise do quadro seguinte, constata-se que a variação global das componentes reservas + subsídios + doações foi de 14,88%, em relação ao ano anterior (2006) e o município que registou a variação mais elevada foi o da Praia da Vitória (98,47%).

MUNICÍPIOS	Reservas, subsídios e doações		
	2006	2007	Varição
Vila do Porto	0	0	—
Ponta Delgada	2.053.871	1.470.634	-28,40%
Ribeira Grande	11.222.271	11.706.756	4,32%
Lagoa	15.810.268	15.923.541	0,72%
Vila Franca do Campo	154.778	154.778	0,00%
Povoação	1.305.028	586.388	-55,07%
Nordeste	124.041	176.542	42,33%
Angra do Heroísmo	4.794.163	4.794.163	0,00%
Praia da Vitória	183.771	364.722	98,47%
Santa Cruz da Graciosa	174.942	205.319	17,36%
Calheta	5.987	5.987	0,00%
Velas	0	10.837	—
São Roque do Pico	0	341	—
Lajes do Pico	-5.000.000	0	-100,00%
Madalena	740.025	135.098	-81,74%
Horta	0	317.770	—
Santa Cruz das Flores	0	424.594	—
Lajes das Flores	0	0	—
Corvo	940.808	1.070.090	13,74%
TOTAL	32.509.953	37.347.560	14,88%

Quadro 16 – Reservas, subsídios e doações

c) Os Resultados Transitados, no ano de 2007, dos municípios da região, diminuiram em termos globais cerca de 17% em relação ao ano anterior. Analisando o valor dos Resultados Transitados de cada município, constata-se que, em 2007, esses valores oscilam entre – 25.943.826€ (Angra do Heroísmo) e 22.465.530€ (Ponta Delgada). De referir que este valor é afectado negativamente quando os Municípios no ano anterior obtiveram um Resultado Líquido negativo. Por outro lado, convém referir que todas as correcções relativas a valores de exercícios económicos anteriores e que sejam materialmente relevantes afectam, negativamente ou positivamente, o valor dos Resultados Transitados.

MUNICÍPIOS	Resultados transitados		
	2006	2007	Variação
Vila do Porto	7.551.145	12.306.986	62,98%
Ponta Delgada	17.860.227	22.465.530	25,79%
Ribeira Grande	3.013.037	5.127.128	70,16%
Lagoa	15.637	1.314.637	8307,05%
Vila Franca do Campo	-620.641	662.897	206,81%
Povoação	-1.889.199	-1.446.138	23,45%
Nordeste	2.321.976	3.319.509	42,96%
Angra do Heroísmo	-17.383.449	-25.943.826	-49,24%
Praia da Vitória	2.659.673	3.616.366	35,97%
Santa Cruz da Graciosa	3.334.222	3.797.818	13,90%
Calheta	-2.225.065	-2.225.065	0,00%
Velas	-2.662.820	-2.671.423	-0,32%
São Roque do Pico	540.171	-2.842.598	-626,24%
Lajes do Pico	-2.247.849	-2.899.666	-29,00%
Madalena	1.089.795	2.172.073	99,31%
Horta	-7.497.719	-9.165.852	-22,25%
Santa Cruz das Flores	5.826.115	0	-100,00%
Lajes das Flores	791.368	1.152.462	45,63%
Corvo	0	0	–
TOTAL	10.476.625	8.740.838	-16,57%

Quadro 17 – Resultados Transitados

- d) O Resultado Líquido do Exercício, representa a diferença entre os Proveitos e os Custos de um determinado exercício económico. No ano de 2007, verifica-se que cinco Municípios da Região apresentam resultados líquidos negativos (Horta, Vila do Porto, Lajes do Pico, São Roque do Pico e Angra do Heroísmo) e catorze municípios resultados líquidos positivos. De referir que o resultado líquido tem ainda alguma subjectividade enquanto não forem reconhecidos no Activo todo o Imobilizado e nas Demonstrações Financeiras as respectivas amortizações.

MUNICÍPIOS	Resultado Líquido do Exercício		
	2006	2007	Variação
Vila do Porto	4.755.841	-697.710	-114,67%
Ponta Delgada	4.847.688	4.956.144	2,24%
Ribeira Grande	2.225.359	3.918.447	76,08%
Lagoa	2.265.443	2.325.432	2,65%
Vila Franca do Campo	929.008	127.043	-86,32%
Povoação	480.209	483.029	0,59%
Nordeste	1.050.034	253.217	-75,88%
Angra do Heroísmo	780.023	-335.195	-142,97%
Praia da Vitória	778.631	445.656	-42,76%
Santa Cruz da Graciosa	607.542	653.685	7,60%
Calheta	89.439	195.503	118,59%
Velas	90.997	112.460	23,59%
São Roque do Pico	-1.263.603	-371.909	70,57%
Lajes do Pico	-581.697	-661.993	-13,80%
Madalena	466.133	590.465	26,67%
Horta	-1.668.133	-1.827.759	-9,57%
Santa Cruz das Flores	2.665.758	1.485.643	-44,27%
Lajes das Flores	361.094	483.228	33,82%
Corvo	129.283	76.706	-40,67%
TOTAL	19.009.047	12.212.091	-35,76%

Quadro 18 – Resultado Líquido do Exercício

- e) Os fundos próprios, como referido anteriormente, calculam-se pela diferença entre o Activo e o Passivo. E no quadro seguinte, constata-se que apenas o município da Calheta apresenta, nos anos de 2006 e 2007, valores negativos.

De referir que os valores positivos oscilam entre 3.033.317€ (Corvo) e 106.367.952€ (Ponta Delgada).

MUNICÍPIOS	Total dos Fundos Próprios		
	2006	2007	Variação
Vila do Porto	12.909.294	32.612.039	152,62%
Ponta Delgada	102.237.429	106.367.952	4,04%
Ribeira Grande	37.332.755	41.629.542	11,51%
Lagoa	19.156.953	22.781.385	18,92%
Vila Franca do Campo	75.609.769	76.091.342	0,64%
Povoação	6.390.234	5.427.120	-15,07%
Nordeste	42.001.318	42.254.535	0,60%
Angra do Heroísmo	69.829.930	60.154.335	-13,86%
Praia da Vitória	32.682.760	33.817.650	3,47%
Santa Cruz da Graciosa	5.781.222	6.434.907	11,31%
Calheta	-4.026.594	-3.831.091	-4,86%
Velas	15.644.986	15.659.348	0,09%
São Roque do Pico	28.406.560	25.915.824	-8,77%
Lajes do Pico	12.513.101	11.758.109	-6,03%
Madalena	9.500.096	10.224.459	7,62%
Horta	69.802.235	68.292.246	-2,16%
Santa Cruz das Flores	7.396.042	8.721.248	17,92%
Lajes das Flores	19.275.801	19.759.029	2,51%
Corvo	2.956.611	3.033.317	2,59%
TOTAL	565.400.500	587.103.297	3,84%

Quadro 19 – Total dos Fundos Próprios

3.2.3. Passivo

O Passivo inclui três grandes componentes: as “dívidas a pagar de curto e médio / longo prazo” (passivo exigível); os “acréscimos de custos” e os “proveitos diferidos” (passivo não exigível) e as “provisões para riscos e encargos” (passivo possivelmente exigível).

Os valores globais do Passivo dos municípios da região, apresentam-se no quadro seguinte:

Componentes do Passivo	2006		2007		Variação
Dívidas a Médio e Longo Prazo	138.963.043	35,81%	141.945.286	33,95%	2,15%
Dívidas a Curto Prazo	34.928.768	9,00%	38.279.492	9,15%	9,59%
Total de dívidas a terceiros	173.891.811	44,81%	180.224.778	43,10%	3,64%
Provisões para riscos e encargos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Acréscimos de Custos	4.179.753	1,08%	6.447.432	1,54%	54,25%
Proveitos Diferidos	209.970.666	54,11%	231.467.148	55,36%	10,24%
Total do Passivo	388.042.229	100,00%	418.139.357	100,00%	7,76%

Quadro 20 – Estrutura do Passivo do Balanço

Assim, analisando as componentes do passivo, temos que:

- a) O Total das dívidas a terceiros, curto e médio e longo prazo, informação relevante para a análise dos municípios da Região, representam 43,10% do passivo, no ano de 2007, ascendendo a 180.224.778€, como se constata no quadro anterior. Verifica-se que o maior peso das dívidas a terceiros centra-se no médio e longo prazo.

MUNICÍPIOS	Dívidas a Médio e Longo Prazo			Dívidas a Curto Prazo			Total de Dívidas a Terceiros		
	2006	2007	Variação	2006	2007	Variação	2006	2007	Variação
Vila do Porto	1.668.287	1.488.249	-10,79%	43.321	172.840	298,97%	1.711.608	1.661.088	-2,95%
Ponta Delgada	20.934.872	22.436.217	7,17%	4.578.753	4.210.239	-8,05%	25.513.625	26.646.456	4,44%
Ribeira Grande	13.566.932	13.956.475	2,87%	4.761.877	4.680.511	-1,71%	18.328.809	18.636.987	1,68%
Lagoa	9.355.460	8.748.486	-6,49%	1.418.766	1.517.534	6,96%	10.774.226	10.266.020	-4,72%
Vila Franca do Campo	14.183.744	13.470.211	-5,03%	4.779.135	9.273.709	94,05%	18.962.879	22.743.920	19,94%
Povoação	7.831.499	10.074.323	28,64%	2.836.853	1.976.634	-30,32%	10.668.352	12.050.957	12,96%
Nordeste	7.885.476	8.693.591	10,25%	1.092.447	698.587	-36,05%	8.977.923	9.392.179	4,61%
Angra do Heroísmo	20.658.040	21.954.918	6,28%	2.296.718	1.003.607	-56,30%	22.954.758	22.958.526	0,02%
Praia da Vitória	8.931.444	8.558.992	-4,17%	1.238.250	1.261.948	1,91%	10.169.694	9.820.940	-3,43%
Santa Cruz da Graciosa	1.335.734	1.202.529	-9,97%	74.866	103.250	37,91%	1.410.601	1.305.780	-7,43%
Calheta	4.133.076	3.931.295	-4,88%	5.913.151	5.633.203	-4,73%	10.046.226	9.564.498	-4,80%
Velas	5.955.118	5.427.659	-8,86%	1.173.486	1.772.591	51,05%	7.128.604	7.200.251	1,01%
São Roque do Pico	2.375.517	2.162.439	-8,97%	27.905	100.828	261,32%	2.403.422	2.263.266	-5,83%
Lajes do Pico	5.455.734	4.539.962	-16,79%	734.897	2.145.287	191,92%	6.190.631	6.685.249	7,99%
Madalena	4.236.371	5.329.321	25,80%	233.650	584.595	150,20%	4.470.021	5.913.916	32,30%
Horta	6.604.938	6.039.375	-8,56%	2.181.252	2.311.487	5,97%	8.786.190	8.350.862	-4,95%
Santa Cruz das Flores	1.611.799	1.432.652	-11,11%	705.261	40.215	-94,30%	2.317.060	1.472.867	-36,43%
Lajes das Flores	656.820	775.563	18,08%	245.161	111.683	-54,45%	901.981	887.246	-1,63%
Corvo	1.582.183	1.723.029	8,90%	593.019	680.744	14,79%	2.175.202	2.403.773	10,51%
TOTAL	138.963.043	141.945.286	2,15%	34.928.768	38.279.492	9,59%	173.891.811	180.224.778	3,64%

Quadro 21 – Dívidas a Terceiros (Curto e médio e longo prazo)

Os municípios da Região que apresentam valores mais elevados de dívidas a terceiros são: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande e os com valores mais baixos são: Lajes das Flores, Santa Cruz da Graciosa e Santa Cruz das Flores. De referir que os valores das dívidas dos municípios da região oscilam entre 887.246€ e 26.646.456€ e a variação das dívidas em relação ao ano anterior foi positiva e ascendeu a 3,64% e alguns municípios diminuíram a respectiva dívida.

- b) Os «*acréscimos de custos*» são custos que devem ser reconhecidos no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es), de acordo com o POCAL. Exemplos: encargos com férias. De salientar que, na Região, somente o município das Lajes das Flores não executa o estabelecido no POCAL.

MUNICÍPIOS	Acréscimos de Custos		
	2006	2007	Varição
Vila do Porto	0	11.923	—
Ponta Delgada	1.276.291	1.424.679	11,63%
Ribeira Grande	88.139	779.609	784,53%
Lagoa	284.506	345.944	21,59%
Vila Franca do Campo	312.356	384.203	23,00%
Povoação	142.904	470.049	228,93%
Nordeste	60.093	262.079	336,13%
Angra do Heroísmo	0	135.619	—
Praia da Vitória	553.805	751.102	35,63%
Santa Cruz da Graciosa	114.367	119.458	4,45%
Calheta	169.209	211.941	25,25%
Velas	203.522	238.034	16,96%
São Roque do Pico	95.338	158.756	66,52%
Lajes do Pico	172.015	245.169	42,53%
Madalena	174.463	236.671	35,66%
Horta	356.443	482.159	35,27%
Santa Cruz das Flores	15.213	16.609	9,17%
Lajes das Flores	0	0	—
Corvo	161.091	173.426	7,66%
TOTAL	4.179.753	6.447.432	54,25%

Quadro 22 – Acréscimos de Custos

c) Os «*proveitos diferidos*» são proveitos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o POCAL. Exemplos: subsídios ao investimento, em resultado de projectos de cooperação, contratos-programas, etc.. Como se pode constatar, quase a totalidade dos municípios da região apresentam valores elevados nesta conta. Os municípios que não utilizam esta conta porque contabilizam esses subsídios como proveitos do próprio exercício podem apresentar as Demonstrações Financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados) com alterações significativas. De referir que esta conta, em 2007, representa uma média de 55,36% do total do Passivo.

MUNICÍPIOS	Proveitos Diferidos		
	2006	2007	Variação
Vila do Porto	0	0	0,00%
Ponta Delgada	34.487.990	35.169.103	1,97%
Ribeira Grande	16.762.466	20.841.577	24,33%
Lagoa	0	0	0,00%
Vila Franca do Campo	14.739.397	14.635.696	-0,70%
Povoação	10.442.467	11.045.998	5,78%
Nordeste	12.531.861	13.251.031	5,74%
Angra do Heroísmo	36.670.357	35.917.696	-2,05%
Praia da Vitória	18.584.501	26.981.125	45,18%
Santa Cruz da Graciosa	1.584.234	3.242.098	104,65%
Calheta	6.685.252	9.029.247	35,06%
Velas	9.109.801	9.363.615	2,79%
São Roque do Pico	1.467.956	3.429.922	133,65%
Lajes do Pico	12.163.188	13.215.370	8,65%
Madalena	7.318.443	8.002.215	9,34%
Horta	17.704.551	17.421.098	-1,60%
Santa Cruz das Flores	1.771	5.846	230,08%
Lajes das Flores	6.175.095	6.353.416	2,89%
Corvo	3.541.336	3.562.095	0,59%
TOTAL	209.970.666	231.467.148	10,24%

Quadro 23 – Proveitos Diferidos

3.2.4. Liquidez

A Liquidez pode ser calculada com base na fórmula seguinte:

$$\text{Liquidez} = \text{Disponibilidades} + \text{Títulos negociáveis} + \text{Dívidas a receber de curto prazo} - \text{Dívidas a pagar a curto prazo}$$

Os valores globais da Liquidez dos municípios da região, apresentam-se no quadro seguinte:

Fórmula da Liquidez		2006	2007	Varição
1	Disponibilidades	6.291.673	7.933.592	26,10%
2	Títulos negociáveis	0	0	0,00%
3	Dívidas a receber de curto prazo	8.039.193	12.270.256	52,63%
4	Dívidas a pagar de curto prazo	34.928.768	38.279.492	9,59%
5	Liquidez (5 = 1+2+3-4)	-20.597.902	-18.075.645	12,25%

Quadro 24 – Liquidez Global dos Municípios da Região

Do Quadro 24, podemos constatar que a Liquidez Global dos municípios da Região apresenta valores negativos em 2006 e 2007, ascendendo a -20.597.902€ e -18.075.645€, respectivamente. De referir que se verificou uma redução da falta de liquidez de 2006 para 2007, de 12,25%.

Conclui-se que, as dívidas a terceiros de curto prazo no montante de 38.279.492€ são superiores aos activos de curto prazo (disponibilidades e o total das dívidas a receber).

No Quadro 25, apresentamos a Liquidez de cada município e podemos constatar que 13 (treze) municípios encontram-se numa situação de Liquidez Negativa. Tal situação significa que a soma dos valores das dívidas a receber (créditos sobre terceiros) de curto prazo e disponibilidades não são suficientes para pagar as dívidas a pagar

(débitos a terceiros) de curto prazo. De referir que o município com maior Liquidez é o da Praia da Vitória, ascendendo o montante a 6.436.325€.

MUNICÍPIOS	2007
Vila do Porto	169.275
Ponta Delgada	-2.654.385
Ribeira Grande	-3.258.458
Lagoa	-1.018.506
Vila Franca do Campo	-6.621.000
Povoação	-1.447.002
Nordeste	-101.018
Angra do Heroísmo	-8.860
Praia da Vitória	6.436.325
Santa Cruz da Graciosa	118.089
Calheta	-5.268.516
Velas	-1.547.290
São Roque do Pico	323.131
Lajes do Pico	-1.739.115
Madalena	-417.078
Horta	-1.419.442
Santa Cruz das Flores	160.401
Lajes das Flores	444.608
Corvo	-226.803
TOTAL	-18.075.645

Quadro 25 – Liquidez de cada Município

3.2.5. Endividamento

A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) no seu artigo 36.º define o endividamento líquido municipal como, “a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”.

Esquemáticamente, a fórmula do endividamento líquido municipal, será a seguinte:

(2) Activos Financeiros	(1) Passivos Financeiros
Saldo de caixa	Empréstimos
Créditos sobre terceiros	Contratos de Locação Financeira
Depósitos	Dividas a fornecedores e outros credores
Aplicações de Tesouraria	
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO = (1) - (2)	

Quadro 26 – Fórmula do Endividamento Líquido Municipal

O endividamento líquido global, em 2007, ascendeu a 158.230.277€, como se constata no quadro seguinte:

(2) Activos Financeiros		(1) Passivos Financeiros	
Dívidas a receber (curto prazo e médio e longo prazo)	14.060.609	Dívidas a pagar (curto prazo e médio e longo prazo)	180.224.778
Disponibilidades	7.933.592		
Titulos negociáveis	0		
TOTAL	21.994.201	TOTAL	180.224.778
158.230.577		ENDIVIDAMENTO LIQUIDO (1) - (2)	

Quadro 27 – Endividamento Líquido Global, em 2007

No Quadro 28, apresentamos o Endividamento Líquido de cada Município e no qual se constata que os valores oscilam entre -330.955€ (Lajes das Flores) e - 25.090.602€ (Ponta Delgada).

MUNICÍPIOS	2007
Vila do Porto	-1.318.973
Ponta Delgada	-25.090.602
Ribeira Grande	-17.214.934
Lagoa	-9.766.992
Vila Franca do Campo	-20.091.211
Povoação	-11.521.325
Nordeste	-8.794.610
Angra do Heroísmo	-21.963.779
Praia da Vitória	-332.314
Santa Cruz da Graciosa	-1.084.440
Calheta	-9.199.811
Velas	-6.974.950
São Roque do Pico	-1.839.308
Lajes do Pico	-6.279.078
Madalena	-5.746.399
Horta	-7.458.816
Santa Cruz das Flores	-1.272.251
Lajes das Flores	-330.955
Corvo	-1.949.832
TOTAL	-158.230.577

Quadro 28 – Endividamento Líquido de cada Município

3.3. Proveitos, custos e resultados

3.3.1. Demonstração de Resultados

Os resultados líquidos de um município representam a diferença entre os Proveitos e os Custos e são apresentados de uma forma resumida na Demonstração de Resultados por Natureza ou na Demonstração de Resultados por Funções, não sendo esta última obrigatória no POCAL.

A Demonstração de Resultados por Natureza divide os custos, os proveitos e os resultados em operacionais, financeiros, correntes e extraordinários.

A estrutura dos custos e proveitos de todos os municípios da região, está apresentada no quadro seguinte:

Custos	2007		Proveitos	2007	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.556.587	2,36%	Vendas	7.135.989	4,39%
Fornecimentos e serviços externos	28.083.474	18,67%	Prestação de serviços e outras situações	6.096.889	3,75%
Custos com pessoal	48.030.167	31,93%	Impostos e taxas	31.549.165	19,40%
Transferências e subsídios concedidos	11.605.899	7,71%	Transferências e subsídios obtidos	94.962.483	58,38%
Amortizações	32.042.258	21,30%	Trabalhos para a própria entidade	4.550.197	2,80%
Provisões	177.845	0,12%	Proveitos suplementares	626.744	0,39%
Outros custos operacionais	399.418	0,27%	Outros proveitos operacionais	3.235	0,00%
Custos financeiros	6.483.541	4,31%	Proveitos financeiros	471.713	0,29%
Custos extraordinários	20.057.879	13,33%	Proveitos extraordinários	17.252.744	10,61%
Total de Custos	150.437.067	100,00%	Total de Proveitos	162.649.158	100,00%

Quadro 29 – Estrutura dos Custos e Proveitos dos Municípios da Região

Da análise dos Quadros 29 e 30, salientamos o seguinte:

- Das componentes dos custos destacam-se os “Custos com pessoal” e as “Amortizações” com o peso de 31,93% e 21,30%, respectivamente.
- Ainda na estrutura dos custos, destacam-se os “Fornecimentos e serviços externos” com o peso de 18,67%.
- Das componentes dos proveitos destacam-se as “Transferências e subsídios obtidos” e os “Impostos e taxas” com o peso de 58,38% e 19,40%, respectivamente.
- Os municípios apresentaram um resultado líquido global positivo de 12.212.091€, registando-se um decréscimo de 35,76% em relação ao ano de 2006 (19.009.047€).

Custos	2006	2007	Proveitos	2006	2007
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.188.922	3.556.587	Vendas	7.638.060	7.135.989
Fornecimentos e serviços externos	27.456.932	28.083.474	Prestação de serviços e outras situações	5.561.179	6.096.889
Custos com pessoal	48.462.574	48.030.167	Impostos e taxas	24.914.546	31.549.165
Transferências e subsídios concedidos	8.411.383	11.605.899	Transferências e subsídios obtidos	99.251.604	94.962.483
Amortizações	28.431.750	32.042.258	Trabalhos para a própria entidade	4.081.341	4.550.197
Provisões	228.747	177.845	Proveitos suplementares	1.318.022	626.744
Outros custos operacionais	379.772	399.418	Outros proveitos operacionais	1.222	3.235
Custos financeiros	4.612.643	6.483.541	Proveitos financeiros	621.800	471.713
Custos extraordinários	14.052.533	20.057.879	Proveitos extraordinários	10.846.529	17.252.744
Total de Custos	135.225.256	150.437.067	Total de Proveitos	154.234.302	162.649.158
Resultados Operacionais				26.205.895	21.029.054
Resultados Financeiros				-3.990.843	-6.011.828
Resultados Correntes				22.215.051	15.017.226
Resultado Líquido do Exercício				19.009.047	12.212.091

Quadro 30 – Demonstração de Resultados dos Municípios da Região (2006 e 2007)

3.3.2. Custos

Analisando o Quadro 31, que apresenta os valores agregados das componentes dos custos dos municípios da região, podemos salientar o seguinte:

- As componentes de custos com maior peso são: os custos com pessoal, as amortizações e os fornecimentos e serviços externos.
- Os custos com pessoal são a componente com maior peso, nos anos de 2006 e 2007. Verifica-se, em 2007, uma diminuição de 0,89% passando de um valor global de 48.462.574€ para 48.030.167€
- Os custos extraordinários são a componente que sofreu uma maior variação (42,73%), passando de um valor global de 14.052.533€ para 20.057.879€
- O total dos custos teve um aumento de 11,25% valor, maior que o aumento verificado nos proveitos e, conseqüentemente os Resultados sofreram uma diminuição (ver Quadro 30).

Custos	2006	2007	Variação
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.188.922	3.556.587	11,53%
Fornecimentos e serviços externos	27.456.932	28.083.474	2,28%
Custos com pessoal	48.462.574	48.030.167	-0,89%
Transferências e subsídios concedidos	8.411.383	11.605.899	37,98%
Amortizações	28.431.750	32.042.258	12,70%
Provisões	228.747	177.845	-22,25%
Outros custos operacionais	379.772	399.418	5,17%
Custos financeiros	4.612.643	6.483.541	40,56%
Custos extraordinários	14.052.533	20.057.879	42,73%
Total de Custos	135.225.256	150.437.067	11,25%

Quadro 31 – Estrutura dos Custos dos Municípios da Região

3.3.3. Proveitos

Analisando o Quadro 32, que apresenta os valores agregados das componentes dos proveitos dos municípios da região, podemos salientar o seguinte:

- As transferências e subsídios obtidos e os impostos / taxas são as duas grandes componentes dos proveitos.
- Verificou-se de 2006 para 2007 um aumento de 26,63% dos proveitos relativos a impostos e taxas e uma diminuição de 4,32% nas transferências e subsídios obtidos.
- O total dos proveitos teve uma variação de 5,46%, inferior à variação dos custos, o que provocou uma diminuição nos resultados.

Proveitos	2006	2007	Variação
Vendas	7.638.060	7.135.989	-6,57%
Prestação de serviços e outras situações	5.561.179	6.096.889	9,63%
Impostos e taxas	24.914.546	31.549.165	26,63%
Transferências e subsídios obtidos	99.251.604	94.962.483	-4,32%
Trabalhos para a própria entidade	4.081.341	4.550.197	11,49%
Proveitos suplementares	1.318.022	626.744	-52,45%
Outros proveitos operacionais	1.222	3.235	164,84%
Proveitos financeiros	621.800	471.713	-24,14%
Proveitos extraordinários	10.846.529	17.252.744	59,06%
Total de Proveitos	154.234.302	162.649.158	5,46%

Quadro 32 – Estrutura dos Proveitos dos Municípios da Região

4. CONCLUSÃO

Da análise dos documentos de Prestação de Contas de 2007 dos municípios da Região Autónoma dos Açores, concluímos que o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL) está globalmente implementado e revela-se um instrumento fundamental de apoio à gestão, com a integração das diferentes contabilidades: Orçamental, Patrimonial e Analítica. Porém, verificamos que alguns municípios ainda não concluíram a inventariação de todos os bens que compõem o património que este novo tipo de gestão exige e, adicionalmente, alguns municípios apresentam Demonstrações Financeiras desvirtuadas por ainda não terem aplicado o princípio da especialização do exercício.

Verificamos que na Região não existe nenhum município com independência financeira e que a dependência financeira dos municípios apresenta uma amplitude entre o máximo de 95% (Corvo e Lajes das Flores) e um mínimo de 51% (Ponta Delgada e Lagoa).

Quanto à estrutura das receitas verificamos que as transferências recebidas do Estado (Fundos do Orçamento do Estado) são, a nível geral, a principal fonte de receita e, em média, representam 49,22% das receitas totais e os Impostos e Taxas representam 15,91% em 2007. Estas duas componentes da receita, representam, em média, 65,13% das receitas totais.

Sobre a estrutura da despesa verificamos que a despesa mais representativa foi a de Investimento (aquisição de bens de capital), com o peso de 32,47% e diminuiu 2,44% em relação a 2006 (34,90%). As despesas com pessoal também têm um peso importante, tendo representado 25,48% da despesa total (diminuindo 1,54% em relação ao ano de 2006). As aquisições de bens e serviços apresentam um peso de 14,58%, no total da despesa paga, com um aumento de 0,57%, em relação ao ano anterior. Nos Activos Financeiros (investimentos financeiros) e Passivos Financeiros (amortizações

de empréstimos) verificamos uma redução pouco significativa, em relação ao ano de 2006.

Numa análise comparativa do total das despesas correntes e despesas de capital, verificamos que, em 2007, as despesas correntes representam 50,02%, contra 49,32% em 2006. As despesas correntes pagas foram inferiores às receitas correntes cobradas, pelo que o saldo corrente de caixa para a média dos municípios da região é positivo, ascendendo a 13.402.185€. Verifica-se, assim, um aumento de 9,76% em relação ao ano de 2006 (12.210.969€).

Analisando os Activos e os Passivos, dos municípios da região, verificamos que o imobilizado representa mais de 95% do activo total e é possível que este rácio sofra alterações nos próximos anos porque existem municípios cujo imobilizado ainda não está totalmente inventariado, avaliado e contabilizado.

As dívidas a receber representam 1,4 % do activo total, ascendendo a 12.270.256€, tendo aumentado cerca de 53% em relação ao ano anterior. Este valor pode estar sub-dimensionado uma vez que nem todos os municípios registam contabilisticamente os direitos sobre terceiros no momento em que se vencem, mas sim no momento da cobrança. As disponibilidades representam 0,79% do activo total e, em 2006, eram de 6.291.673€, verificando-se um aumento de cerca de 26% (7.933.592€).

As dívidas a terceiros, curto e médio e longo prazo, representam 43,10% do passivo, no ano de 2007, ascendendo a 180.224.778€; a variação das dívidas em relação ao ano anterior foi positiva, ascendendo a 3,64%. O peso das dívidas a terceiros, de maior relevância, centra-se no médio e longo prazo.

Concluimos que, as dívidas a terceiros de curto prazo, no ano de 2007, no montante de 38.279.492€ são superiores aos activos de curto prazo (disponibilidades e o total das dívidas a receber), resultando uma Liquidez Global negativa dos municípios da Região. Em 2006 e 2007, esse valor ascendeu a -20.597.902€ e -18.075.645€, respectivamente. Verificamos, assim, uma redução da falta de liquidez de 2006 para 2007, na ordem dos 12,25%.

Em relação à análise da Demonstração de Resultados de cada município, verificamos que cinco Municípios apresentam resultados líquidos negativos (Horta, Vila do Porto, Lajes do Pico, São Roque do Pico e Angra do Heroísmo) enquanto catorze municípios apresentam resultados líquidos positivos. Nas componentes dos custos, são os custos com pessoal que têm maior peso, ascendendo a 48.030.167€ em 2007. Porém, verificamos uma diminuição de 0,89% em relação ao ano de 2006 (48.462.574€). Da análise das componentes dos proveitos, verificamos que são as transferências e subsídios obtidos e os impostos / taxas que têm maior peso, ascendendo em 2007 a 94.962.483€ e 31.549.165€, respectivamente. O total dos proveitos teve uma variação de 5,46%, inferior à variação dos custos, o que levou a uma diminuição nos resultados.